

PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

CONTRATANTE (UASG)

170018

OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 217.689,22 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DO TERMO DE CONTRATO	15
10. DOS RECURSOS	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

MODELO DE EDITAL**MINISTÉRIO DA FAZENDA****SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL****SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026**

(Processo Administrativo nº 10265.517851/2025-04)

Torna-se público que o(a) UNIÃO, por meio do(a) Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal - SRRF01, sediado(a) Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco O, 8º andar, sala 801, Edifício Órgãos Centrais do Ministério da Fazenda, Brasília/DF, CEP 70070-917, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 sociedades cooperativas;
- 2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor global do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.20. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.8.1 conter vícios insanáveis;
- 7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que o objeto da presente contratação possui suas condições técnicas e de execução descritas no Projeto Básico, Termo de Referência e demais anexos, a vistoria prévia ao local de execução será facultativa, sendo assegurado ao licitante o direito de realizá-la para conhecimento das condições e peculiaridades do objeto.

8.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá proceder ao agendamento na forma estabelecida no Termo de Referência, sendo disponibilizadas datas e horários definidos pela Administração.

8.9.2 Independentemente da realização da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por endereço eletrônico erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico erlicitacaocompras.rf01@rfb.gov.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados – IMR;
 - 13.11.2 Anexo II – Projeto Básico, Planilha de Custos e BDI;
 - 13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
 - 13.11.4 Anexo IV – Modelo de Termo de Vistoria ou Conhecimento das Condições;

(Assinado e Datado Digitalmente)
Juliano Kenji Kuvabara
Supervisor EQLIC01

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	2/2026	Editado por	170018-SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF	ANTONIO ROBERTO ALVES MACIEL	Atualizado em	10/04/2026 15:25 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO					

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		10265.517851/2025-04

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 10265.517851/2025-04)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS	R\$ 217.689,22

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do item 5.2 do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados do **início da execução dos serviços**, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.1.8. a execução da obra deverá atender aos princípios do desenho universal e aos padrões técnicos estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na Lei nº 10.098, de 2000, no Decreto nº 5.296, de 2004, e na Norma Brasileira NBR 9050 da ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), *em cumprimento ao disposto no art. 45, VI, da Lei nº 14.133/2021.*

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos de materiais, equipamentos ou insumos, devendo todos os bens eventualmente empregados na execução do objeto atender às especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões mínimos de qualidade definidos no Projeto Básico e neste Termo de Referência, preservada a competitividade do certame.

4.3. Não há vedação à utilização de marcas, produtos ou fabricantes específicos na execução do objeto, desde que os materiais, equipamentos e insumos eventualmente empregados atendam integralmente às especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Projeto Básico e neste Termo de Referência.

4.4. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante, fornecedor, revendedor ou distribuidor para a execução do objeto, uma vez que a contratação se refere à obra comum de engenharia, a ser executada sob o regime de empreitada por preço global, sendo a responsabilidade pela execução integral do contrato atribuída exclusivamente à empresa contratada, nos termos da legislação vigente.

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.5.2. seja previamente comunicada e expressamente autorizada pela Administração;

4.5.3. seja apresentada documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, nos termos do art. 122, §1º, da Lei nº 14.133/2021; e

4.5.4. permaneça a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, não havendo vínculo contratual entre a Administração e a subcontratada.

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. Execução e coordenação geral da obra; e

4.6.2. Responsabilidade técnica global, incluindo a gestão do cronograma, da qualidade e da conformidade com o Projeto Básico.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.7.1. Serviços especializados ou complementares, a exemplo de execução pontual de pavimentação, drenagem específica, fornecimento e aplicação de materiais especializados ou outros serviços de apoio técnico, desde que não caracterizem a parcela principal da obra; e

4.7.2. Serviços auxiliares de limpeza final da obra, desmobilização de instalações provisórias e remoção de entulhos, desde que não comprometam o cronograma de entrega e o recebimento definitivo da obra.

4.8. Em qualquer hipótese

tado pel

dade té

tiverem v

tiverem v

e 2021,

e 2021,

bra, um

via, acon

mente id

ssinada

o das ins

o das ins

edução d

edução d

om exec

el técnico

5.1.1. Início da execução do objeto: em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.

5.1.2. A execução da obra observará integralmente o Projeto Básico, o memorial descritivo, as especificações técnicas, as planilhas orçamentárias e demais documentos que integram o processo, devendo a contratada empregar métodos construtivos, rotinas e procedimentos compatíveis com as normas técnicas vigentes, com as boas práticas de engenharia e com as orientações da fiscalização técnica.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços: Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, sendo 120 (cento e vinte) dias destinados à execução da obra e 30 (trinta) dias destinados ao recebimento, conforme cronograma físico-financeiro constante da planilha orçamentária anexa ao Projeto Básico.

5.1.4. As etapas da execução observarão o cronograma físico-financeiro aprovado, respeitada a sequência lógica dos serviços definida no Projeto Básico.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Posto ESDRAS em Corumbá: Rodovia Ramon Gomes, s/n., área rural, Fronteira entre Brasil e Bolívia, Corumbá/MS;

5.3. Os serviços serão prestados em horário a ser definido juntamente com a Fiscalização.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas, métodos e procedimentos definidos no Projeto Básico e demais documentos técnicos que integram esta contratação.

5.4.1. Eventuais ajustes de ordem operacional, necessários à adequada execução dos serviços e que não impliquem alteração do objeto contratado, poderão ser definidos em conjunto com a fiscalização do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, máquinas e utensílios necessários, em conformidade com o Projeto Básico, memorial descritivo, especificações técnicas e planilhas orçamentárias que integram esta contratação, promovendo sua substituição sempre que necessário, sem ônus adicional para a Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características, consideradas relevantes para o adequado dimensionamento da proposta pelos licitantes:

5.6.1. O local de execução dos serviços situa-se no Posto Esdras, unidade da Receita Federal localizada na região de fronteira do município de Corumbá/MS, aproximadamente 5 km distante do perímetro urbano;

5.6.2 A execução dos serviços deverá considerar as condições logísticas de acesso, transporte de materiais, equipamentos e mão de obra, compatíveis com a localização da unidade; e

5.6.3. As características físicas e operacionais do local encontram-se descritas no Projeto Básico, que deve ser integralmente considerado para a formulação da proposta.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo **12 (doze)** meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.8. Em se tratando de contrato de empreitada para reforma, a Contratada fica responsável pela solidez e segurança do trabalho realizado, pelo prazo irredutível de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto formalmente designado, disponível durante o período de execução dos serviços, com presença no local sempre que solicitado pela fiscalização ou quando necessário ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão dos ensaios, testes e verificações técnicas eventualmente exigidos no Projeto Básico ou em normas técnicas aplicáveis, os quais correrão por conta do Contratado.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A8]

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA para correção monetária.

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.36. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.37 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no boletim de preços SINAPI/MS do mês de outubro do ano de 2025.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC-M**, divulgado pela Fundação Getulio Vargas – FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.41. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.41.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4. A cessação de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.41.5 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES /MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10 % (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz:

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.28. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.28.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.29. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme a natureza dos serviços a serem executados, em plena validade.

9.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Atestado(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de natureza semelhante ao objeto desta contratação, envolvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação.

9.30.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Equipe de Planejamento

SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 1A.RF/DF

Estudo Técnico Preliminar 35/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10265.517851/2025-04

2. Objeto

2.1. Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS.

3. Descrição da necessidade

3.1. A Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS enfrenta problemas estruturais relevantes nas áreas externas do Posto de Fiscalização Esdras, relacionados principalmente à deficiência do sistema de drenagem pluvial, inadequação do sistema de esgoto sanitário e deterioração da pavimentação existente.

3.2. Durante períodos chuvosos, a inexistência de drenagem pluvial eficiente provoca acúmulo de água, formação de poças e alagamentos, comprometendo o acesso às edificações e a circulação segura de servidores, usuários e visitantes. Tais condições aumentam significativamente o risco de escorregamentos, quedas e acidentes, sobretudo em áreas de grande fluxo de pessoas.

3.3. A pavimentação atual encontra-se em estado avançado de degradação, apresentando trincas, buracos e desníveis acentuados, que configuram obstáculos à circulação segura, especialmente para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, idosos e gestantes, além de não atender integralmente aos parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020.

3.4. Adicionalmente, o sistema de esgoto sanitário existente é inadequado e subdimensionado, com fossa séptica em desconformidade com as normas técnicas aplicáveis, notadamente a NBR 7229:1993 e a NBR 13969:1997, o que representa risco sanitário, possibilidade de extravasamentos, odores e comprometimento das condições mínimas de salubridade do ambiente.

3.5. A manutenção da situação atual expõe a Administração a riscos à integridade física e à saúde de servidores e usuários, além de potencial responsabilização administrativa e civil por omissão na adoção de medidas corretivas, bem como questionamentos por parte dos órgãos de controle.

3.6. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para a execução integrada de drenagem pluvial, implantação e adequação do sistema de esgoto sanitário, pavimentação em concreto e reformas das áreas externas do Posto de Fiscalização Esdras, com o objetivo de:

- eliminar riscos de acidentes e problemas sanitários;
- garantir condições adequadas de segurança, acessibilidade e circulação;
- assegurar a conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis;

- proporcionar ambiente seguro e funcional para servidores e usuários dos serviços prestados pela Receita Federal.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SACOR - ALF/COR	Allan de Souza Delvizio

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Os serviços incluem, de forma integrada e indivisível, demolições, movimentação de terra, execução de sistemas de drenagem, construção de fossa séptica e sumidouro, pavimentação em concreto, adequações de acessibilidade, instalações hidrossanitárias, serviços complementares e acabamentos, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que instruem o processo.

5.2. Trata-se de objeto padronizável, com soluções técnicas amplamente difundidas no mercado, sem inovação tecnológica, cujos métodos construtivos seguem normas técnicas da ABNT, notadamente as NBR 9050:2020, NBR 7229:1993, NBR 13969:1997, entre outras aplicáveis, caracterizando-o como obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021.

Natureza da Contratação

5.3. A contratação será realizada sob a forma de empreitada por preço global (conforme item 3 do DFD), tendo em vista que, o objeto encontra-se devidamente definido e quantificado em projetos executivos e planilhas orçamentárias, a execução dos serviços é interdependente, não sendo recomendável o fracionamento, o regime de preço global proporciona maior previsibilidade orçamentária e redução de riscos de aditivos contratuais, e o escopo técnico está suficientemente detalhado para permitir a correta precificação pelos licitantes.

Estratégia de Contratação

5.4. A estratégia adotada para a contratação fundamenta-se nos seguintes elementos:

5.5. Modalidade e forma de disputa

A contratação deverá ocorrer por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico, por se tratar de obra comum de engenharia, com critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 28, inciso I, art 29 e art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

5.6. Critério de julgamento

O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando a integralidade dos serviços previstos no escopo contratual.

5.7. Prazo de execução

O prazo máximo para execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, sendo:

- até 120 dias para execução dos serviços;
- até 30 dias para recebimento provisório e definitivo.

5.8. Responsabilidade técnica e fiscalização

A contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) previamente ao início dos serviços, abrangendo todas as disciplinas envolvidas, bem como manter diário de obras, permitindo o adequado acompanhamento e fiscalização pela Administração.

5.9. Para atendimento adequado da demanda identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos indispensáveis, que constituem padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança, sustentabilidade e conformidade normativa, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração:

Requisitos técnicos e de qualidade

5.10. A contratada deverá executar obra comum de engenharia referentes à drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação em concreto e reformas das áreas externas, em estrita conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que instruem o processo.

5.11. Todos os materiais, métodos construtivos e serviços empregados deverão atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis, em especial, mas não se limitando a:

- ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- ABNT NBR 7229:1993 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos;
- ABNT NBR 13969:1997 – Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes;
- ABNT NBR 12655:2015 – Concreto de cimento Portland;
- ABNT NBR 7678:1983 (Segurança na execução de obras); e
- Demais normas técnicas pertinentes aos serviços executados.

5.12. A pavimentação em concreto deverá apresentar resistência, durabilidade e acabamento compatíveis com o uso previsto, observando o fck mínimo especificado em projeto, execução de juntas de dilatação, frizamento e inclinações adequadas para escoamento das águas pluviais.

5.13. O sistema de drenagem pluvial deverá ser dimensionado e executado de forma a eliminar pontos de acúmulo de água, assegurando o correto escoamento superficial e subterrâneo, com utilização de caixas de captação, grelhas e tubulações conforme projeto executivo.

5.14. O sistema de esgoto sanitário deverá garantir condições adequadas de salubridade, com implantação de fossa séptica e sumidouro em conformidade com as normas técnicas, vedada a manutenção de soluções em desconformidade com os padrões normativos vigentes.

5.15. Os serviços deverão contemplar adequações de acessibilidade, incluindo rampas, pisos regulares, inclinações, sinalização e demais elementos exigidos pela ABNT NBR 9050:2020, garantindo circulação segura e autônoma de todos os usuários.

Requisitos legais, administrativos e de execução

5.16. A contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), abrangendo todas as disciplinas envolvidas, emitida por profissional legalmente habilitado.

5.17. Os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, observando o cronograma físico-financeiro aprovado.

5.18. Deverá ser mantido diário de obras, físico ou eletrônico, para registro das atividades executadas, ocorrências relevantes e acompanhamento pela fiscalização da Administração.

5.19. Ao final da execução, a contratada deverá entregar projeto “as built”, quando aplicável, bem como demais documentos técnicos necessários ao recebimento definitivo do objeto.

5.20. A execução dos serviços deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, incluindo, no mínimo:

- uso racional e redução do desperdício de materiais;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, conforme a Resolução CONAMA nº 307 /2002 e demais normas ambientais aplicáveis;
- adoção de práticas que minimizem impactos ambientais locais, como controle de poeira, ruídos e manejo adequado do solo.

5.21. A contratada deverá responsabilizar-se pela limpeza final da obra, assegurando a adequada disposição de resíduos e a liberação das áreas para uso seguro.

6. Levantamento de Mercado

6.1. O levantamento de mercado necessário à definição da solução para atendimento da demanda foi realizado no âmbito da contratação de empresa especializada para a elaboração do Projeto Básico completo da obra, conforme documentação que instrui o Documento de Formalização da Demanda – DFD.

6.2. Para tal finalidade, foi contratada a empresa Dhablio Consultoria Planejamento e Serviços de Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ nº 38.421.230/0001-05, responsável pela realização dos estudos técnicos, diagnósticos, projetos, especificações, memorial descritivo e planilhas orçamentárias que subsidiam a presente contratação.

6.3. A opção por realizar o levantamento de mercado por intermédio de empresa especializada fundamentou-se no entendimento de que profissionais e empresas atuantes na elaboração de projetos de engenharia detêm expertise técnica e conhecimento aprofundado do setor, estando aptos a:

- compreender com precisão as necessidades específicas da Administração;
- avaliar as condições locais e operacionais do empreendimento;
- identificar as soluções técnicas mais adequadas e amplamente disponíveis no mercado;
- selecionar metodologias construtivas consolidadas, compatíveis com normas técnicas e boas práticas de engenharia;
- estimar custos com base em referenciais oficiais.

6.4. No levantamento realizado, a empresa projetista analisou soluções técnicas convencionais amplamente adotadas pelo mercado da construção civil, especialmente no que se refere a sistemas de drenagem pluvial, esgotamento sanitário, pavimentação em concreto e adequações de acessibilidade, não sendo identificadas metodologias inovadoras ou alternativas tecnológicas que apresentassem vantagem técnica, econômica ou operacional significativa em relação às soluções propostas no Projeto Básico.

6.5. As soluções adotadas baseiam-se em técnicas padronizadas, normatizadas pela ABNT e amplamente executadas por empresas de engenharia, o que evidencia a existência de mercado fornecedor suficientemente amplo e competitivo para a execução do objeto.

6.6. Ressalta-se, ainda, que os requisitos técnicos definidos no Projeto Básico decorrem exclusivamente de exigências legais, normativas e funcionais indispensáveis, não havendo imposição de critérios que restrinjam indevidamente a participação de potenciais licitantes.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução adotada para atendimento da necessidade identificada consiste na execução integrada de obr comuns de engenharia, conforme detalhamento constante do Projeto Básico completo da obra, que integra o presente processo.

7.2. O Projeto Básico contempla, de forma detalhada, os projetos técnicos, memorial descritivo, especificações, cronograma físico-financeiro e planilhas orçamentárias, os quais definem com precisão as características, metodologias construtivas, padrões de qualidade e quantitativos dos serviços a serem executados, incluindo drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação em concreto e reformas das áreas externas do Posto de Fiscalização Esdras.

7.3. A execução dos serviços será realizada de forma integrada e contínua, observando-se as normas técnicas aplicáveis, de modo a garantir a funcionalidade, segurança, durabilidade e acessibilidade das áreas intervenientes, não havendo previsão de exigências específicas relacionadas à manutenção ou assistência técnica continuada, uma vez que se trata de obra com entrega definitiva após o recebimento final, permanecendo a contratada responsável apenas pelas obrigações legais de garantia previstas na legislação civil e contratual.

7.4. O recebimento dos serviços será realizado pela fiscalização técnica designada pela Administração, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a conclusão de cada etapa relevante da execução deverá ser formalmente comunicada por escrito pela contratada.

7.5. Eventuais dúvidas, inconsistências ou divergências de ordem técnica surgidas durante a execução deverão ser dirimidas, preferencialmente, junto ao Fiscal Técnico do contrato, cabendo ao Gestor do Contrato a condução e decisão das questões de natureza administrativa ou contratual.

7.6. Do ponto de vista técnico, a solução adotada mostra-se adequada por empregar metodologias construtivas consagradas, amplamente dominadas pelo mercado, compatíveis com as normas da ABNT e com as condições locais, garantindo o pleno atendimento às necessidades de drenagem, saneamento, pavimentação e acessibilidade.

7.7. Sob o aspecto econômico, a adoção de uma solução baseada em projeto básico completo e detalhado, com execução sob o regime de empreitada por preço global, proporciona maior previsibilidade de custos, redução de riscos de aditivos contratuais e seleção da proposta mais vantajosa, considerando a utilização de referenciais oficiais de preços (SINAPI) e a ampla competitividade do mercado fornecedor.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. As quantidades dos serviços e materiais necessários à execução do objeto encontram-se integralmente definidas no Projeto Básico, o qual foi elaborado para orientar a execução da obra e garantir o atendimento adequado da necessidade identificada.

8.2. O Projeto Básico contém o detalhamento dos serviços a serem executados, seus respectivos quantitativos e especificações técnicas, devidamente consolidados em planilhas orçamentárias, que integram o processo administrativo e servem de referência para a formulação das propostas pelos licitantes.

8.3. Eventuais discordâncias dos licitantes em relação aos quantitativos ou especificações constantes do Projeto Básico deverão ser formalizadas por meio de questionamentos escritos e devidamente fundamentados, para análise pela Administração, observadas as regras e prazos previstos no instrumento convocatório.

8.4. Todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da contratada, devendo estar integralmente contemplados na proposta de preços, não sendo admitida a alegação de omissões, falhas de dimensionamento ou desconhecimento do escopo como fundamento para solicitação de complementação de valores após a contratação.

8.5. Os materiais a serem empregados deverão observar rigorosamente o padrão mínimo de qualidade e desempenho estabelecido no Projeto Básico, memorial descritivo e demais documentos técnicos, de modo a assegurar a durabilidade, segurança e funcionalidade das soluções implantadas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 217.689,22

9.1. O valor total estimado para a execução de todas as etapas do projeto é de **R\$ 217.689,22 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos)**.

9.2. Este valor inclui todos os serviços de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação, demolições, instalações hidrossanitárias e acabamentos, bem como o BDI de 30% (trinta por cento), conforme detalhado na planilha orçamentária anexa ao processo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Após a análise das características do objeto, conclui-se que não é tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação.

10.2. Os serviços a serem executados - drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação em concreto e reformas das áreas externas - apresentam interdependência técnica e funcional, de modo que sua execução de forma fragmentada poderia comprometer a compatibilidade entre os sistemas, a qualidade final da obra e o adequado desempenho das soluções implantadas.

10.3. O parcelamento da contratação implicaria a necessidade de múltiplas contratações, com aumento da complexidade administrativa, maior risco de incompatibilidades técnicas, dificuldades de coordenação entre diferentes contratadas e possibilidade de sobreposição de responsabilidades, especialmente no que se refere à garantia, à correção de falhas e à responsabilização por eventuais vícios construtivos.

10.4. Adicionalmente, a existência de Projeto Básico completo e detalhado, com definição precisa do escopo, quantitativos e métodos construtivos, permite a adequada precificação do objeto como um todo, sem prejuízo à competitividade do certame.

10.5. Dessa forma, a contratação em lote único mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, razão pela qual não se justifica o parcelamento da contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Para a execução do objeto proposto, não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes a serem realizadas previamente ou de forma concomitante, uma vez que o Projeto Básico completo da obra contempla todos os serviços, materiais, insumos, equipamentos e etapas necessárias à adequada execução da solução adotada.

11.2. Eventuais atividades de apoio, tais como fiscalização técnica e gestão contratual, serão desempenhadas com recursos próprios da Administração, não demandando contratações adicionais. Caso a Unidade demandante não possua servidor capacitado para ser fiscal técnico, deverá contratar assessoria de fiscalização.

11.3. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é autônoma, não possuindo vínculo de dependência com outros ajustes vigentes ou futuros para sua plena execução.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Fl. 367

12.1. A contratação pretendida está em conformidade com o Plano Anual de Contratações 2026 - PAC, bem como com o Padrão Nacional de Despesa da Receita Federal do Brasil, de acordo com os seguintes dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP:

ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000014/2026

Data publicação no PNCP: 08/05/2025

Id do item no PCA: 36

Classe/Grupo: 542 - SERVIÇOS GERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL

Identificador da Futura Contratação: 170018-6/2026

12.2. Ademais, a futura contratação está alinhada à estratégia, aos indicadores e projetos estratégicos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, previstos na Portaria RFB nº 1.749, de 26 de dezembro de 2006.

12.3. A iniciativa consta no Plano de Engenharia do ano de 2025 (PORTARIA RFB Nº 513, de 20 de fevereiro de 2025 - iniciativa nº 2024011124).

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A contratação pretendida proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, aos usuários dos serviços e à sociedade, contribuindo para o aumento da efetividade da atuação institucional, da eficiência administrativa e do uso racional dos recursos públicos, nos seguintes termos:

Benefícios diretos

13.2. A execução integrada dos serviços de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação em concreto e reformas das áreas externas permitirá a eliminação de pontos de alagamento, a correção de deficiências sanitárias e a recuperação das áreas de circulação, assegurando condições adequadas de segurança, salubridade e acessibilidade para servidores, usuários e visitantes.

13.3. A adequação das áreas externas às normas técnicas vigentes, especialmente no que se refere à acessibilidade, contribuirá para a redução de riscos de acidentes, melhoria das condições de trabalho e atendimento às exigências legais, mitigando a exposição da Administração a responsabilizações administrativas e judiciais.

Benefícios indiretos

13.4. A melhoria da infraestrutura física do Posto de Fiscalização Esdras favorecerá a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pela Receita Federal, reduzindo interrupções operacionais decorrentes de problemas estruturais e proporcionando ambiente mais funcional e seguro.

13.5. A adoção de soluções técnicas duráveis e padronizadas reduzirá a necessidade de manutenções corretivas frequentes, promovendo economia de recursos financeiros ao longo do ciclo de vida da obra.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Para a adequada execução da contratação pretendida, não se identificam providências complexas ou extraordinárias a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, além daquelas normalmente exigidas para a gestão e fiscalização de contratos de obr comuns de engenharia.

14.2. Será necessária apenas a delimitação e interdição das áreas externas diretamente afetadas pela execução da obra, com o objetivo de garantir a segurança de servidores, usuários e terceiros, sem prejuízo ao funcionamento das atividades administrativas do Posto de Fiscalização Esdras.

14.3. Não há previsão de interdição de ambientes internos, tais como salas administrativas, sanitários ou áreas de atendimento ao público, tampouco necessidade de remanejamento ou deslocamento de servidores, uma vez que os serviços concentram-se em áreas externas.

14.4. A Administração deverá providenciar a designação formal de gestor e fiscal técnico do contrato, conforme previsto na legislação vigente, os quais acompanharão a execução dos serviços. Considera-se que os servidores designados já possuem capacitação compatível com as atribuições, não sendo necessária capacitação adicional específica para a fiscalização contratual.

14.5. Eventuais ajustes operacionais de circulação externa, sinalização provisória e controle de acesso às áreas interditadas serão coordenados pela Administração em conjunto com a contratada, de modo a minimizar impactos às rotinas do Posto e assegurar a continuidade dos serviços prestados.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A execução dos serviços previstos caracteriza-se como obra de engenharia em área já edificada, não sendo identificados impactos ambientais significativos ou permanentes decorrentes da contratação.

15.2. Os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados a efeitos temporários e localizados, inerentes à execução de obras civis, tais como geração de resíduos da construção civil, poeira, ruídos e movimentação de materiais.

15.3. Para mitigação desses impactos, deverão ser adotadas as seguintes medidas preventivas e mitigadoras, a serem observadas pela contratada:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, incluindo sobras de materiais novos ou usados, entulhos, solos excedentes e materiais demolidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- segregação dos resíduos sempre que tecnicamente viável, priorizando a reutilização, reciclagem ou reaproveitamento, quando aplicável;
- transporte e descarte dos resíduos exclusivamente em locais licenciados ou autorizados pelos órgãos ambientais competentes;
- adoção de medidas para controle de poeira, tais como umedecimento do solo e adequada organização do canteiro de obras;
- observância de práticas que minimizem ruídos excessivos, respeitando horários adequados e normas locais;
- manutenção da limpeza do local da obra e das áreas adjacentes durante toda a execução dos serviços.

15.4. Ressalta-se que a responsabilidade pela adoção e cumprimento das medidas ambientais é integralmente da empresa contratada, não sendo admitido o descarte irregular de materiais ou a adoção de práticas que causem degradação ambiental.

15.5. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são controláveis, temporários e de baixa relevância, podendo ser adequadamente mitigados mediante o cumprimento das obrigações ambientais previstas no Projeto Básico e no futuro instrumento contratual.

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.2. Com base nos elementos colhidos ao longo dos Estudos Técnicos Preliminares, conclui-se que a contratação é viável e razoável.

16.3. A necessidade está devidamente caracterizada, a solução técnica encontra-se definida em Projeto Básico completo, o levantamento de mercado demonstrou a existência de fornecedores aptos, as quantidades e o valor estimado foram adequadamente dimensionados, e os riscos identificados são controláveis, não havendo impedimentos técnicos, econômicos, ambientais ou operacionais para a contratação.

16.4. Dessa forma, a contratação mostra-se adequada ao interesse público, estando em conformidade com a legislação vigente e apta a prosseguir para a fase de seleção do fornecedor.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO ROBERTO ALVES MACIEL

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 30/01/2026 às 16:34:03.

FELIPE LOPES DE AGUIAR

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/03/2026 às 17:14:37.

LUIZ FLAVIO DELMONICO BARROS

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 03/03/2026 às 08:44:29.



ANEXO I.2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 1ª REGIÃO FISCAL

ANEXO II do Termo de Referência - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/ 2025
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10265.517851/2025-04)

1. A CONTRATADA será avaliada em seu desempenho geral, portanto, ficam estabelecidas as avaliações para a eficiência, proatividade e qualidade, conforme a seguir:

INDICADOR Nº 1	
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SEM OCORRÊNCIA DE ACIDENTES	
Item	Descrição
Finalidade	Desestimular a realização dos serviços com ocorrência de acidentes
Meta a cumprir	Acidente zero
Instrumento de medição	Diário de obra e fiscalização da Contratante
Forma de acompanhamento	Verificação de registros feitos em Diário de obras e em fiscalização <i>in loco</i>
Periodicidade	Verificação contínua pela fiscalização, com apuração na medição do período.
Mecanismo de cálculo	Havendo eventos de acidentes, ocorrerá ajuste no pagamento da próxima parcela devida, com diminuição dos valores apurados por evento indesejado (acidentes com e/ou sem vítimas)
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Para cada acidente SEM vítimas, o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,1% do valor total da medição corrente, limitado a 2% do valor da medição; Para cada acidente COM vítimas, o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,5% do valor total da medição corrente, limitado a 3% do valor da medição.
Observações	Os ajustes no pagamento e as sanções administrativas não são excludentes, ou seja, serão utilizados de forma concomitante.



INDICADOR Nº 2	
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DETERMINAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATANTE	
Item	Descrição
Finalidade	Fortalecer a atividade de fiscalização contratual
Meta a cumprir	Atendimento de 100% das orientações e recomendações da fiscalização
Instrumento de medição	Diário de obra e relatórios da fiscalização
Forma de acompanhamento	Verificação do cumprimento pela empresa contratada das orientações e recomendações da fiscalização dos serviços
Periodicidade	Verificação contínua pela fiscalização, com apuração na medição do período.
Mecanismo de cálculo	Havendo eventos indesejados (descumprimento de orientações e recomendações da fiscalização), ocorrerá ajuste no pagamento da próxima parcela devida, com diminuição dos valores apurados por evento indesejado
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Para cada evento indesejado, o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,1% do valor total da medição corrente, limitado a 2% do valor da medição. Em se tratando de ocorrências esporádicas, o gestor do contrato, mediante justificativa técnica registrada no processo, poderá deixar de aplicar o ajuste nas ocorrências de baixa relevância que não comprometam a execução do objeto.
Observações	Os ajustes no pagamento e as sanções administrativas não são excludentes, ou seja, serão utilizados de forma concomitante.

INDICADOR Nº 3	
DISPONIBILIZAÇÃO TEMPESTIVA DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
Finalidade	Incentivar o adequado abastecimento dos materiais necessários à execução dos serviços
Meta a cumprir	Materiais necessários disponibilizados no local dos serviços, de forma tempestiva, ou seja, não podendo ocorrer paralisação de serviços ou lentidão na sua execução por falta de materiais.
Instrumento de medição	Diário de obra, relatórios de fiscalização
Forma de acompanhamento	Verificação no Diário de obras e <i>in loco</i> da disponibilização dos materiais necessários
Periodicidade	Verificação contínua pela fiscalização, com apuração na medição do período.
Mecanismo de cálculo	Havendo eventos indesejados (falta de materiais), ocorrerá ajuste no pagamento da próxima parcela devida, com diminuição dos valores apurados por evento indesejado.
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Para cada evento indesejado, o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,1% do valor total da medição corrente, limitado a 2% do valor da medição. Em se tratando de ocorrências esporádicas, o gestor do contrato, mediante justificativa técnica registrada no processo, poderá deixar de aplicar o ajuste nas ocorrências de baixa relevância que não comprometam a execução do objeto.



Observações	Os ajustes no pagamento e as sanções administrativas não são excludentes, ou seja, serão utilizados de forma concomitante.
--------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

INDICADOR Nº 4	
MANUTENÇÃO DO CRONOGRAMA DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	
Item	Descrição
Finalidade	Incentivar o respeito ao cronograma físico-financeiro contratual
Meta a cumprir	Andamento dos serviços em conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual
Instrumento de medição	Medição de verificação e Cronograma Original pactuado
Forma de acompanhamento	Realização de medição para verificação do avanço físico das etapas dos serviços
Periodicidade	Após o vencimento do prazo de cada etapa
Mecanismo de cálculo	Ocorrendo atraso na execução de qualquer etapa dos serviços, a fiscalização poderá promover medição de verificação para checagem de seu percentual de avanço
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	Atraso de até 50% da etapa: será subtraído da próxima parcela a ser paga o equivalente a 3% do valor da etapa em atraso; Atraso acima de 50% da etapa: será subtraído da próxima parcela a ser paga o equivalente a 5% do valor da etapa em atraso.
Observações	Os ajustes no pagamento e as sanções administrativas não são excludentes, ou seja, serão utilizados de forma concomitante.

INDICADOR Nº 5	
MANUTENÇÃO DE ADEQUADAS CONDIÇÕES DE LIMPEZA E ORGANIZAÇÃO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Item	Descrição
Finalidade	Incentivar a organização e limpeza do local de execução dos serviços
Meta a cumprir	Local de execução dos serviços organizado e limpo
Instrumento de medição	Diário de obra e relatórios da fiscalização
Forma de acompanhamento	Realização da situação de organização e limpeza do local de execução dos serviços no Diário de obra
Periodicidade	Verificação contínua pela fiscalização, com apuração na medição do período.
Mecanismo de cálculo	Sendo verificada a desorganização e a falta de limpeza do local de execução dos serviços poderá ocorrer ajuste (diminuição) no valor da próxima parcela a ser liberada, em conformidade com as faixas de ajuste no pagamento
Início da vigência	Data do início da prestação dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	1ª Ocorrência: o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,1% do valor total do contrato; 2ª Ocorrência: o valor da próxima parcela dos serviços será subtraído de equivalente a 0,3% do valor total do contrato; 3ª e demais ocorrências: acréscimo de 0,1% sobre o último percentual redutor aplicado, a cada ocorrência verificada.
Observações	Os ajustes no pagamento e as sanções administrativas não são excludentes, ou seja, serão utilizados de forma concomitante.

O somatório das aplicações das faixas de ajuste no pagamento está limitado a 5% do valor da medição.

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CORUMBÁ – MS

1. PROJETO DE ARQUITETURA

O presente projeto tem por objetivo atender às demandas estruturais e funcionais das áreas do Posto Esdras, compreendendo:

- Ponto de ônibus da linha fronteira;
- Estacionamento de viaturas da Polícia Federal;
- Sanitários públicos localizados nos fundos do prédio;
- Pátio de espera para atendimento ao público;
- Prédio de apoio da Polícia Federal.

Foram identificadas patologias construtivas como: afundamento de calçadas, falhas no sistema de escoamento pluvial, drenagem comprometida e inadequação das fossas existentes.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O projeto arquitetônico visa sanar as avarias identificadas, garantindo a segurança, acessibilidade e funcionalidade das áreas externas do complexo.

3. ESPAÇOS DEFINIDOS

De acordo com as necessidades levantadas, estão previstos os seguintes espaços e sistemas:

1. Ponto de ônibus;
2. Estacionamento de viaturas da Polícia Federal;
3. Instalações hidráulicas, de esgoto sanitário e drenagem;
4. Fossa séptica e sumidouro;
5. Calçamento e áreas de circulação;
6. Pátio de espera do público.

4. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

Foi realizado levantamento topográfico completo do terreno, custeado integralmente pela nossa empresa, a fim de fornecer subsídios técnicos para o correto dimensionamento das obras.

O levantamento permitiu identificar:

- Desníveis do solo e áreas de acúmulo de água pluvial;
- Declividade e direção natural do escoamento;
- Irregularidades nas calçadas e pavimentação;
- Localização inadequada da fossa existente.

Os dados topográficos foram incorporados ao projeto executivo, garantindo maior precisão na execução das obras de drenagem e fundações.

5. SISTEMA CONSTRUTIVO

- Demolição e retirada de elementos comprometidos;
- Reconstituição de áreas afetadas com materiais especificados em norma;
- Construção de caixa de passagem para drenagem (40x40x40 cm) com tampas tipo grelha;
- Execução de calçamento e sistema de escoamento de águas pluviais;
- Piso de concreto armado com malha metálica nas áreas de estacionamento;
- Regularização do solo nas áreas afetadas por erosão e chuvas;
- Desativação da fossa existente em desconformidade com a NBR vigente;
- Implantação de nova fossa séptica e sumidouro em local adequado, conforme fiscalização;
- Execução de caixas de inspeção, caixas de gordura e caixas de passagem elétrica;
- Instalação de coletores de águas pluviais em calhas;
- Execução de banco em concreto no ponto de ônibus, com caixa de energia embutida (CDE);
- Estrutura metálica de suporte e proteção no estacionamento de viaturas, conforme projeto.

6. SISTEMAS CONSTRUTIVOS E ITENS INSPECIONADOS

- Demolição;
- Aterro e regularização;
- Estrutura de concreto armado;
- Drenagem pluvial;
- Instalações hidráulicas;
- Esgoto sanitário;
- Fossa séptica e sumidouro.

7. ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS

7.1 Serviços Preliminares

- Placa de obra em chapa de aço galvanizado;
- Locação convencional da obra com gabarito de madeira a cada 1,50 m;
- Raspagem e limpeza manual do terreno.

7.2 Demolição e Retirada

- Demolição de piso cimentado sobre lastro de concreto;
- Demolição de concreto simples;
- Carga manual de entulho em caçamba estacionária;
- Locação de caçamba estacionária com capacidade de 4 m³.

7.3 Movimento de Terra

- Escavação manual de valas para fundações;
- Regularização e compactação de fundo de valas;
- Aterro e compactação manual;
- Lastro com material granular;
- Concreto FCK 25 MPa, com lançamento manual;
- Armação de pilares e vigas em aço CA-60.

7.4 Alvenaria

- Alvenaria de vedação em blocos cerâmicos maciços.

7.5 Cobertura e Drenagem

- Instalação de tubos coletores para descida de águas pluviais.

7.6 Revestimentos

- Chapisco traço 1:3 (cimento e areia), espessura 0,5 cm;
- Reboco paulista traço 1:2:9 (cimento, cal e areia), espessura 2 cm.

7.7 Pintura

- Massa PVA (2 demãos internas e externas);
- Fundo selador acrílico (1 demão);
- Pintura látex acrílica (3 demãos).

7.8 Instalações Elétricas

- Caixas elétricas embutidas em alvenaria.

7.9 Instalações Hidráulicas e Esgoto

- Tubulação PVC soldável água fria DN 25 mm;
- Tubulação PVC esgoto DN 100 mm;
- Caixa de inspeção em alvenaria (0,60 x 0,60 x 0,60 m);
- Caixa de gordura simples (36 L);
- Fossa séptica retangular com dimensões internas de 2,80 m x 1,40 m x 2,50 m, construída em alvenaria de tijolo maciço revestida com argamassa de cimento e areia traço 1:3, laje de cobertura em concreto armado de 5 cm de espessura, provida de chicanas internas, tampas de inspeção e tubos de entrada/saída Ø100 mm em PVC.

O efluente é conduzido para sumidouro retangular de 2,80 m × 1,40 m × 2,50 m, executado em alvenaria vazada sobre camada de brita nº 2 com 0,50 m de espessura, permitindo a infiltração no solo. A tampa superior é em concreto armado com abertura de inspeção.

7.10 Serviços Complementares

- Estrutura metálica para estacionamento de viaturas (tubo industrial, cantoneiras e tela soldada);
- Grelhas de drenagem conforme projeto;
- Corte frisado em concreto para juntas de dilatação.
- **Cerca metálica tipo gradil galvanizado:** extensão total 80m lineares, altura 0,60m, postes metálicos galvanizados fixados em alvenaria de base, painéis de gradil metálico galvanizado e soldado, acabamento em pintura anticorrosiva ou galvanização a fogo.

7.11 Limpeza Final

- Limpeza geral da obra após a conclusão dos serviços.

8. OBSERVAÇÃO FINAL

Quaisquer dúvidas técnicas ou informações adicionais deverão ser tratadas diretamente com a Fiscalização responsável pelo processo.

MOVIMENTO DE TERRA E ATERRO

****OBRA:**** Projeto de Drenagem e Regularização de Pavimento

****LOCAL:**** Alfândega da Receita Federal do Brasil – Corumbá/MS

****CONTRATANTE:**** DH Engenharia

****RESPONSÁVEL TÉCNICO:**** Walmir Soares de Moraes – CREA 19839 D/MS

1. Introdução

O presente levantamento refere-se aos serviços de movimentação de terra e execução de aterro compactado realizados na área do projeto, compreendendo demolições, escavações, regularização do terreno e implantação de lastro de brita para posterior execução das estruturas.

Os volumes foram obtidos a partir de medições em campo e levantamento planialtimétrico, levando-se em consideração as dimensões das áreas projetadas, cotas de referência e espessuras médias dos materiais removidos ou aplicados.

O cálculo dos volumes considera a diferença entre as superfícies do terreno natural e o greide de projeto, aplicando-se fator de redução para conversão de volume solto para volume compactado, conforme prática usual de engenharia.

2. Demolições e Escavações

Item	Descrição	Área (m²)	Espessura (m)	Volume (m³)
1	Estacionamento	48,71	0,15	7,31
2	Acesso I	12,84	0,15	1,93
3	Banheiro Público	39,75	0,40	15,90
4	Acesso II	13,11	1,00	13,11
5	Polícia Federal	89,80	1,00	89,80

Volume total (solto): 90,21 m³

Volume compactado (fator 0,93): 84,25 m³

3. Lastro de Brita

Para a execução do lastro de brita sobre o terreno compactado, foi considerada a área total de 238,65 m², com espessura média de 0,03 m.

Cálculo: $238,65 \times 0,03 = 7,16 \text{ m}^3$

4. Considerações Finais

- Os cálculos apresentados têm como base o levantamento topográfico e as dimensões reais verificadas in loco;
- O fator de conversão de volume solto para compactado (0,93) foi adotado conforme práticas usuais de compactação de solo em obras de pequeno e médio porte;
- Os valores são estimativos e sujeitos a pequenas variações conforme o comportamento do solo e condições climáticas durante a execução;
- O presente levantamento serve de base para planejamento, orçamento e controle de execução das etapas de movimentação de terra e aterro.

Walmir Soares de Moraes – CREA 19839 D/MS

Responsável Técnico

PLANILHA DE ORÇAMENTO						
Obra:		ALFANDEGA DA RECEITA FEDERA DO BRASIL-CORUMBÁ MS				
Local:		PONTO DE ONIBUS, ESTACIONAMENTO FUNDOS DO BANHEIRO PUBLICO E AREA DE ESPERA E FUNDOS DO PREDIO POLICIA FEDERAL				
Data Base:		SINAPI/OUTUBRO DE 2025				BDI = 30%
ITEM	SINAP	SERVIÇO	UN	QUANT.	PREÇO UNIT	TOTAL
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	08.01.04813	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	2,00	796,19	1.592,38
1.2	10.50.009	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,50M	m	85,00	13,96	1.186,60
1.3	09.85.024	LIMPESA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA	m²	201,28	2,25	452,88
		Sub-Total.....				3.231,86
2.0		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS				
2.1	10.47.090	DEMOLIÇÃO DE PISOCIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	m³	17,30	25,82	446,69
2.2	COMP.	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONARIA	und	1,00	9971,83	9.971,83
2.3	COMP.	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONADA CAP= 4m³	und	1,00	7556,43	7.556,43
		Sub-Total.....				17.974,95
3.0		MOVIMENTO DE TERRA				
3.1	09.65.026	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGAS BALDRAME OU SAPATS CORRIDA. AF_08/2024	m³	90,21	72,11	6.505,04
3.2	02.25.000	REGULARIZAÇÃO E APOIAMENTO DE FUNDO DE VALAS AF_08/2020	m²	238,65	7,12	1.699,19
3.3	09.43.019	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO AF_08/2020	m³	70,89	38,25	2.711,54
3.4	09.63.086	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO, COM SOLO PREDOMINANTE ARENOSO ESPESSURA 15CM- INCLUSIVE ATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	238,65	88,73	21.175,41
3.5	10.03.024	LASTRO COM MTERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA Nº 01 E PEDRA BRITADA Nº02) APLICADA EM PISOS OU LAJES SOBRE O SOLO, ESPESSURA DE "10 cm" - AF_07/2019	m³	7,16	51,71	370,24
3.6	09.27.059	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGAS PARA ESTRUTURA UTILIZANDO AÇO CA 60 DE 5,0 MM, OU TIPO TELA SOLDAVEL	kg	101,75	19,14	1.947,50
3.7	09.22.070	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA CALÇADA COM MADEIRA SERRADA ESP. 30CM-AF_09/2020	m²	238,65	48,69	11.619,87
3.8	09.49.065	CONCRETO FCK = 25MPa - PREPARO MECANIZADO BETONEIRA	m³	28,64	735,02	21.050,97
3.9	10.36.070	LANÇAMENTO MANUAL DE CONCRETO EM CALÇAMENTO	m³	28,65	57,01	1.633,34
		Sub-Total.....				68.713,10
4.0		ALVENARIA				
4.1	10.11.059	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICO MACIÇO DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	m²	86,00	218,21	18.766,06
		Sub-Total.....				18.766,06
5.0		COBERTURA				
5.1	03.63.065	TUBO COLETORES PARA DESCIDA DE ÁGUA PLUVIAIS DE TUBO PVC 100MM, INCLUSO SUPORTES FIXADOR	m	32,00	109,98	3.519,36
		Sub-Total.....				3.519,36
6.0		REVESTIMENTO DE PAREDES				
6.1	08.78.079	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM PREPARO MANUAL AF_10/2020	m²	70,00	33,28	2.329,60
6.2	08.75.046	REBOCO PAULISTA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	m²	70,00	63,31	4.431,70
		Sub-Total.....				6.761,30
7.0		PINTURA				
7.1	08.84.097	EMASSAMENTO COM MASSA LATEX PVA PARA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMAOS	m²	299,78	31,40	9.413,09
7.2	08.84.015	FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, 1 DEMÃO	m²	299,78	11,57	3.468,45
7;3	10.46.039	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, S/MASSA, S/ SELADOR, TRES DEMAOS (COR BRANCA E AZUL)	m²	299,78	21,78	6.529,21
		Sub-Total.....				19.410,75

Data Base: SINAPI/OUTUBRO DE 2025						BDI = 30%	
ITEM	SINAP	SERVIÇO	UN	QUANT.	PREÇO UNIT	TOTAL	
8.0		INSTALAÇÕES ELETRICAS					
8.1	10.11.159	EMBUTIR UMA CAIXA ELÉTRICA COM ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	m²	10,00	12,81	128,10	
			Sub-Total.....			128,10	
9.0		INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E ESGOTO					
9.1	09.86.008	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES	m	60,00	16,12	967,20	
9.2	09.83.006	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM, INCLUSIVE CONEXOES	m	60,00	28,47	1.708,20	
9.3	09.79.002	CAIXA INTERADA HIDRAUKICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERAMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 0,6 X 0,6 X 0,6 M PARA REDE DE ESGOTO AF_12/2020	un.	10,00	372,32	3.723,20	
9.4	09.78.008	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS 0,60X0,60X0,60 M. AF_12/2020	un.	1,00	392,21	392,21	
9.5	09.81.004	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36 L), RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERAMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS = 0,20X0,40M, ALTURA 0,80. AF_12/2029	un.	1,00	258,18	258,18	
9.6	09.92.051	CAIXA ENTERRADA HIDRAULICA RETANGULAR EM ALVENARIA OM TIJOOS CERAMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 0,40X0,40X0,40,PARA REDE DE DRENAGEM, AF_12/2020	un.	14,00	292,37	4.093,18	
9.5	09.29.016	AÇO CA 50 MEDIO (1/4' a 3/8'-6,3 a 10,0mm) - CONFECÇÃO DA TAMPA DA CAIXA TIPO GRELHA	kg	126,00	11,38	1.433,88	
9.6	09.80.052	TANQUE SEPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIAMETRO INTERNO = 1,10M, ALTURA INTERNAS = 2,50M, VOLUME ÚTIL : 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUINTES).AF_12/2020 PA	un.	1,00	3.107,00	3.107,00	
9.7	09.81.000	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETODIMENSÕES INTERNAS : 1,6 X 3,4 X H=3,0M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO : 32,9 M² (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_12/2020.	un.	1,00	8.424,00	8.424,00	
			Sub-Total.....			24.107,05	
10.0		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
10.1		ESTACIONAMENTO DE VEICULOS - DEFENSER					
10.1.1	COMP.	CANO INDUSTRIAL DE 3" CHAPA 18	un.	1,00	7.003,45	7.003,45	
10.2		GRADE DE PROTEÇÃO - CONFORME PROJETO					
10.2.1	COMP.	TELA SOLDAVEL - 5 X 15 CM FIO 1,60MM - h=1,20M	un.	1,00	26.980,58	26.980,58	
10.3		GRELHA DE DRENAGEM - CONFORME PROJETO					
10.3.1	COMP.	AÇO CA-50 5/16"	un.	1	12.615,64	12.615,64	
10.4		CORTE FRISADO CONCRETO					
10.4.1	COMP.	CORTE PRA FRISAR O CONCRETO, JUNTA DE DILATAÇÃO APÓS CURA	un.	1,00	7.024,21	7.024,21	
			Sub-Total.....			53.623,88	
11.0		LIMPEZA					
11.1	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	262,24	5,54	1.452,81	
			Sub-Total.....			1.452,81	
TOTAL GERAL.....						217.689,22	
Obs.: Os valores de referência para os serviços desta planilha foram extraídos do boletim de preços SINAPI-MS - 10/2025 DATA BASE:			BDI ADOTADO = 30,0%				
01 - TOTAL NAO INCIDENTE BDI					152.382,45		
02 - TOTAL INCIDENTE BDI.....					65.306,77		
03 - TOTAL (01 + 02)					217.689,22		
TOTAL GERAL (01+02).....					217.689,22		

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Obra: ATENDER AS AVARIAS NAS ÁREAS DO PONTO DE ONIBUS DA LINHA FRONTEIRA, ESTACIONAMENTO DE VIATURAS DA POLICIA FEDERAL, NOS FUNDOS DO PREDIO ONDE ESTA LOCALIZADO O SANITARIO PUBLICO, LOCAL DO PATIO DE ESPERA PARA O PUBLICO QUE ESTA COM O CALÇAMENTO TO DO ABARRUADO E TODO AS ESTENÇÃO DO SOLO DE ESCOAMENTO DE DRENAGEM E FOSSA E SUMIDOURO

Local: ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - FRONTEIRA - CORUMBÁ MS

Data Base: SINAPI -MS - OUTUBRO/2025

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO							
ITEM	DISCRIMINACAO	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	%	TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100%					
		3.231,86					3.231,86
2	DEMOLIÇÃO E RETIRADA	100%					
		17.974,95					17.974,95
3	MOVIMENTO DE TERRA	70%	30%				
		48.099,17	20.613,93				68.713,10
4	ALVENARIA		40%	60%			
			7.506,42	11.259,64			18.766,06
5	COBERTURA		100%				
			3.519,36				3.519,36
6	REVESTIMENTO DE PAREDES		20%	80%			
			1.352,26	5.409,04			6.761,30
7	PINTURA		40%	60%			
			7.764,30	11.646,45			19.410,75
8	INTALAÇÕES ELÉTRICAS		20%	30%	50%		
			25,62	38,43	64,05		128,10
9	INSTALAÇÕES HIDRAULICS E ESGOTO			20%	80%		
				4.821,41	19.285,64		24.107,05
10	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				100%		
					53.623,88		53.623,88
11	LIMPEZA		20%	10%	70%		
			290,56	145,28	1.016,97		1.452,81
DESEMBOLSO MENSAL (R\$)		69.305,98	41.072,46	33.320,25	73.990,54	100,00%	217.689,22
DESEMBOLSO ACUMULADO(R\$)		69.305,98	110.378,44	143.698,68	217.689,22		
PERCENTUAL MENSAL (%)							
PERCENTUAL ACUMULADO (%)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		

TCPO 13ª EDIÇÃO		COMPOSIÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONSTANTE NA TABELA DE SERVIÇOS SINAPI					
Obra: ALFANDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ORUMBÁ-MS							
Local: PONTO DE ONIBUS ESTACIONAMENTO FUNDO DO BANHEIRO PUBLICO E ÁREA DE ESPERA E FUNDOS DO PREDIO DA POLICIA FEDERAL							
Data Base: SINAPI OUTUBRO 2025							
		ESTACIONAMENTO DE VEICULO - DEFENSER					
codigo sinapi - INSUMO			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
7694	CANO INDUSTRIAL DE 3" CHAPA 18						
	1,20MM LF 6000MM 13,3KG	m	21,000	145,79	3.061,59		3.061,59
CÓD. INSUMO -6160	SERRALHEIRO SOLDADOR	H	56,000	23,56		1.319,36	1.319,36
CÓD. INSUMO - 6111-252	AJUDANTE	H	56,000	17,97		1.006,32	1.006,32
	PREÇO TOTAL		5.387,27				

GRADE DE PROTEÇÃO - CONFORME PROJETO							
codigo sinapi - INSUMO			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
cod. Sunap - insumo 34548	TELA SOLDAVEL -5x15cm FIO 1,60mm						
	H = 1,20m	m	50,000	39,28	1.964,00		1.964,00
cod. INSUMO 4777	CANTONEIRA DE 7/8"x1/8" 6m FX1T 5,64KG	UN	52,000	56,40	2.932,80		2.932,80
cod. INSUMO 13356	METALÃO 50mm X 50mm 1,50mm LF 6000mm 15,33KG	UN	7,000	153,31	1.073,17		1.073,17
cod. INSUMO 547	BARRA CHATA 2" 1/1/8"	M	84,000	51,68	4.341,12		4.341,12
cod. INSUMO 4346	PARAFUSO DE 6" 3/8"	UN	72,000	15,84	1.140,48		1.140,48
CÓD. INSUMO -6160	SERRALHEIRO SOLDADOR	H	224,000	23,56		5.277,44	5.277,44
CÓD. INSUMO - 6111-252	AJUDANTE	H	224,000	17,97		4.025,28	4.025,28
	PREÇO TOTAL				20.754,29		

codigo insumo sinapi	GRELHA DE DRENAGEM - CONFORME PROJETO						
			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
CÓD. INSUMO - 000033	AÇO CA-50 8,00mm - 5/16" RETO 12m						
	4,74KG	KG	648,6500	7,79	5.052,98		5.052,98
CÓD. INSUMO -6160	SERRALHEIRO SOLDADOR	H	112,000000	23,56		2.638,72	2.638,72
CÓD. INSUMO - 6111-252	AJUDANTE	H	112,0000	17,97		2.012,64	2.012,64
	PREÇO TOTAL				9.704,34		

CORTE FRISADO EM CONCRETO							
codigo sinapi - INSUMO			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
CÓD.INSUMO 07.02.10.02-000	FRISAMENTO EM CONCRETO ENDURE-						
	CIDOCOM DISCO DE CORTE (SERRA)	M	200,540	6,00	1.203,24		1.203,24
COD.INSUMO - 07.01.05.06-0	OPERADOR DE SERRA DE CORTE	H	56,000	45,00	2.520,00		2.520,00
CÓD. INSUMO - 07.03.01.17	ENCARREGADO DA OPERAÇÃO DO						
	EQUIPAMENTO SERRA DE CORTE COM						
	DISCO	H	56,000	30,00	1.680,00		1.680,00
	PREÇO TOTAL				5.403,24		

ENGº REYNALDO ANTUNES - CREA-MS 5247/D

codigo sinapi - SERVIÇO / INSUMO	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONARIA 4m³						
			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
SERVIÇO 73965/010	CAMINHÃO BASCULANTE (TE 10km)	KM	40,0000	7,00	280,00		280,00
COD.INSUMO 6111-252	SERVENTE	H	112,0000	17,97	2.012,64		2.012,64
COD.INSUMO 12.13.005	RETRO ESCAVADEIRA	H	20,0000	268,90	5.378,00		5.378,00
	PREÇO TOTAL				7.670,64		

go sinapi - serviço/ ins	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONADA CAP = 4m³						
			CONSUMO	PREÇO UNIT.	CUSTO MAT.	CUSTO M. OBR.	CUSTO TOTAL
CÓD. INSUMO - 22.10.02.07-000	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONARIA 4M³	UN	10,000	380,00	3.800,00		3.800,00
CÓD. INSUMO - 6111-252	AJUDANTE	H	112,00	17,97		2012,64	2012,64
	PREÇO TOTAL				5.812,64		

ENGº REYNALDO ANTUNES - CREA-MS 5247/D

COMPOSIÇÃO DA BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS-BDI

1. PARCELAS INCIDENTES SOBRE O CUSTO DIRETO

1.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL

1.1.1	Mão-de-obra Indireta	0,10%
1.1.2	Transportes	0,05%
1.1.3	Alimentação	0,05%
1.1.4	Manutenção das instalações	0,05%
	Subtotal	0,25%

1.2 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

1.2.1	Mão-de-obra Indireta	6,60%
	Subtotal	6,60%

TOTAL 6,85%

2. PARCELAS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO

2.1 IMPOSTOS

2.1.1	CONFINS	3,00%
2.1.2	PIS	0,65%
2.1.3	ISS	3,00%

Subtotal 6,65%

2.2 GARANTIA CONTRATUAL 0,08%

2.3 LUCRO 9,00%

2.4 RISCO 1,00%

2.5 DESPESAS FINANCEIRAS 1,20%

TOTAL 17,93%

3. TOTAL DO BDI CORRIGIDO (INCIDÊNCIA SOBRE CUSTO DIRETO)

$$\text{BDI} = \frac{(100,00 + (1) - 1) \times 100}{100 - (2)} = 30,19$$

BDI ADOTADO = 30%

PLANILHA DE ORÇAMENTO									
Obra:		ALFANDEGA DA RECEITA FEDERA DO BRASIL-CORUMBÁ MS							
ITEM	SINAP	SERVIÇO	UN	QUANT.	PREÇO UNIT.	TOTAL	%	%ACUMUL.	ABC
10.2.1	COMP.	TELA SOLDAVEL - 5 X 15 CM FIO 1,60MM - h=1,20M	un.	1,00	26.980,58	26.980,58	12,4%	12%	A
3.4	09.63.086	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO, COM SOLO PREDOMINANTE ARENOSO ESPESSURA 15CM- INCLUSIVE ATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	238,65	88,73	21.175,41	9,7%	22%	A
3.8	09.49.065	CONCRETO FCK = 25MPa - PREPARO MECANIZADO BETONEIRA	m³	28,64	735,02	21.050,97	9,7%	32%	A
4.1	10.11.059	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERAMICO MACIO DE 5X10X20CM (ESPESSURA 10CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	m²	86,00	218,21	18.766,06	8,6%	40%	A
10.3.1	COMP.	AÇO CA-50 5/16"	un.	1	12.615,64	12.615,64	5,8%	46%	A
3.7	09.22.070	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA CALÇADA COM MADEIRA SERRADA ESP. 30CM-AF_09/2020	m²	238,65	48,69	11.619,87	5,3%	52%	A
2.2	COMP.	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAÇAMBA ESTACIONARIA	und	1,00	9971,83	9.971,83	4,6%	56%	A
7.1	08.84.097	EMASSAMENTO COM MASSA LATEX PVA PARA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMAOS	m²	299,78	31,40	9.413,09	4,3%	60%	A
9.7	09.81.000	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO DIMENSÕES INTERNAS : 1,6 X 3,4 X H=3,0M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO : 32,9 M² (PARA 13 CONTRIBUINTES). AF_12/2020.	un.	1,00	8.424,00	8.424,00	3,9%	64%	A
2.3	COMP.	LOCAÇÃO DE CAÇAMBA ESTACIONADA CAP= 4m³	und	1,00	7556,43	7.556,43	3,5%	68%	A
10.4.1	COMP.	CORTE PRA FRISAR O CONCRETO, JUNTA DE DILATAÇÃO APÓS CURA	un.	1,00	7.024,21	7.024,21	3,2%	71%	A
10.1.1	COMP.	CANO INDUSTRIAL DE 3" CHAPA 18	un.	1,00	7.003,45	7.003,45	3,2%	74%	A
7;3	10.46.039	PINTURA LATEX ACRILICA AMBIENTES INTERNOS/EXTERNOS, S/MASSA, S/ SELADOR, TRES DEMAOS (COR BRANCA E AZUL)	m²	299,78	21,78	6.529,21	3,0%	77%	A
3.1	09.65.026	ESCAVACAO MANUAL PARA VIGAS BALDRAME OU SAPATS CORRIDA. AF_08/2024	m³	90,21	72,11	6.505,04	3,0%	80%	A
6.2	08.75.046	REBOCO PAULISTA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MANUAL	m²	70,00	63,31	4.431,70	2,0%	82%	B
9.6	09.92.051	CAIXA ENTERRADA HIDRAULICA RETANGULAR EM ALVENARIA OM TIJOLOS CERAMICOS MACIOS, DIMENSÕES INTERNAS 0,40X0,40X0,40, PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	un.	14,00	292,37	4.093,18	1,9%	84%	B
9.3	09.79.002	CAIXA INTERADA HIDRAULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERAMICOS MACIOS, DIMENSÕES INTERNAS 0,6 X 0,6 X 0,6	un.	10,00	372,32	3.723,20	1,7%	86%	B
5.1	03.63.065	TUBO COLETORES PARA DESCIDA DE ÁGUA PLUVIAIS DE TUBO PVC 100MM, INCLUSO SUPORTES FIXADOR	m	32,00	109,98	3.519,36	1,6%	87%	B
7.2	08.84.015	FUNDO SELADOR ACRILICO EM PAREDES, 1 DEMÃO	m²	299,78	11,57	3.468,45	1,6%	89%	B
9.6	09.80.052	TANQUE SEPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIAMETRO INTERNO = 1,10M, ALTURA INTERNAS = 2,50M, VOLUME ÚTIL : 2138,2 L (PARA 5 CONTRIBUINTES). AF_12/2020 PA	un.	1,00	3.107,00	3.107,00	1,4%	90%	B
3.3	09.43.019	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO AF_08/2020	m³	70,89	38,25	2.711,54	1,2%	92%	B
6.1	08.78.079	CHAPISCO EM PAREDES TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESPESSURA 0,5CM PREPARO MANUAL AF_10/2020	m²	70,00	33,28	2.329,60	1,1%	93%	B
3.6	09.27.059	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGAS PARA ESTRUTURA UTILIZANDO AÇO CA 60 DE 5,0 MM, OU TIPO TELA SOLDAVEL	kg	101,75	19,14	1.947,50	0,9%	94%	B
9.2	09.83.006	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM, INCLUSIVE CONEXOES	m	60,00	28,47	1.708,20	0,8%	94%	B
3.2	02.25.000	REGULARIZAÇÃO E APOIAMENTO DE FUNDO DE VALAS AF_08/2020	m²	238,65	7,12	1.699,19	0,8%	95%	B
3.9	10.36.070	LANÇAMENTO MANUAL DE CONCRETO EM CALÇAMENTO	m³	28,65	57,01	1.633,34	0,8%	96%	C
1.1	08.01.04813	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	m²	2,00	796,19	1.592,38	0,7%	97%	C
11.1	9537	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	262,24	5,54	1.452,81	0,7%	97%	C
9.5	09.29.016	AÇO CA 50 MEDIO (1/4" a 3/8"-6,3 a 10,0mm) - CONFECÇÃO DA TAMPA DA CAIXA TIPO GRELHA	kg	126,00	11,38	1.433,88	0,7%	98%	C
1.2	10.50.009	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TABUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,50M	m	85,00	13,96	1.186,60	0,5%	99%	C
9.1	09.86.008	TUBO PVC SOLDAVEL AGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXOES	m	60,00	16,12	967,20	0,4%	99%	C
1.3	09.85.024	LIMPESA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA	m²	201,28	2,25	452,88	0,2%	99%	C
2.1	10.47.090	DEMOLIÇÃO DE PISOCIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	m³	17,30	25,82	446,69	0,2%	99%	C
9.4	09.78.008	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS MACIOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS 0,60X0,60X0,60 M. AF_12/2020	un.	1,00	392,21	392,21	0,2%	100%	C
3.5	10.03.024	LASTRO COM MTERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA Nº 01 E PEDRA BRITADA Nº02) APLICADA EM PISOS OU LAJES SOBRE O SOLO, ESPESSURA DE "10 cm" - AF_07/2019	m²	7,16	51,71	370,24	0,2%	100%	C
9.5	09.81.004	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36 L), RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERAMICOS MACIOS, DIMENSÕES INTERNAS = 0,20X0,40M, ALTURA 0,80. AF_12/2029	un.	1,00	258,18	258,18	0,1%	100%	C
8.1	10.11.159	EMBURIR UMA CAIXA ELÉTRICA COM ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20CM, 1/2 VEZ, ASSENTADO EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA), JUNTAS 12MM	m²	10,00	12,81	128,10	0,1%	100%	C
TOTAL GERAL.....						217.689,22			



Anotação de Responsabilidade Técnica -
ART Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MS

ART DE OBRA/SERVIÇO
1320250134082

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MS

1. Responsável Técnico

WALMIR SOARES DE MORAES

RNP: 1314703781

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Registro: MS19839

Empresa Contratada:

Registro:

2. Dados do Contrato

Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL

CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41

Rua: RUA CUIABÁ

Bairro: CENTRO

Número: 581

Cidade: CORUMBÁ

UF: MS

País: Brasil

Contrato:

Celebrado em: 06/01/2025

CEP: 79.302-060

Valor: R\$ 25.000,00

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE
DIREITO PÚBLICO

Vinculado à ART:

Ação Institucional:

3. Dados Obra/Serviço

Logradouro	Bairro	Número	Complemento	Cidade	UF	País	Cep	Coordenada
RUA CUIABÁ	CENTRO	581		CORUMBÁ	MS	BRA	79.302-060	
Data de Início: 06/01/2025			Previsão Término: 28/11/2025			Código:		
Tipo Proprietário: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO		Proprietário: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL				CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41		
Finalidade:								

4. Atividades Técnicas

Elaboração	Quantidade	Unidade
Projeto	238,6500	metro quadrado (m²)
Projeto	238,6500	metro quadrado (m²)
Projeto Arquitetônico	238,6500	metro quadrado (m²)

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local

/ /
data

832.048.731-53 - WALMIR SOARES DE MORAES

00.394.460/0001-41 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
DA 1ª REGIÃO FISCAL

Valor ART: R\$ 271,47

Registrada em 23/10/2025

Valor Pago: R\$ 271,47

9. Informações

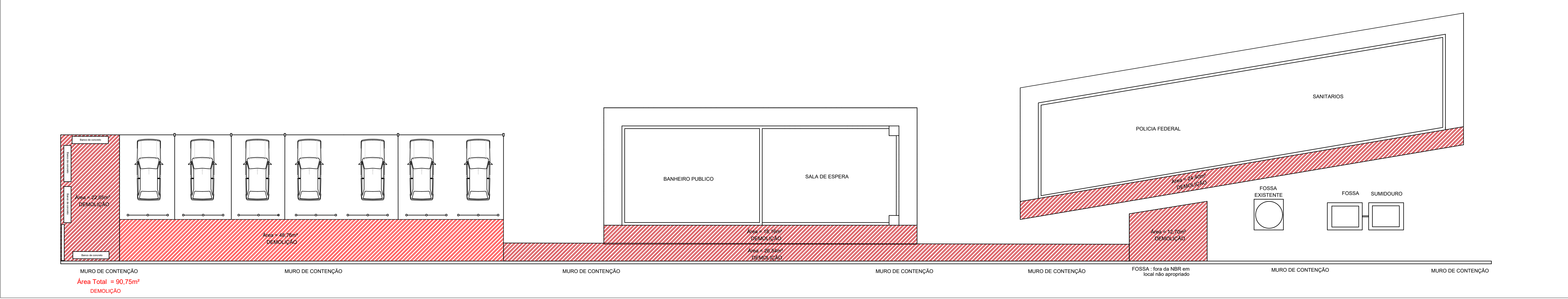
A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creams.org.br ou www.confea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creams.org.br creams@creams.org.br
Tel: (67)3368-1000 / 0800-368-1000

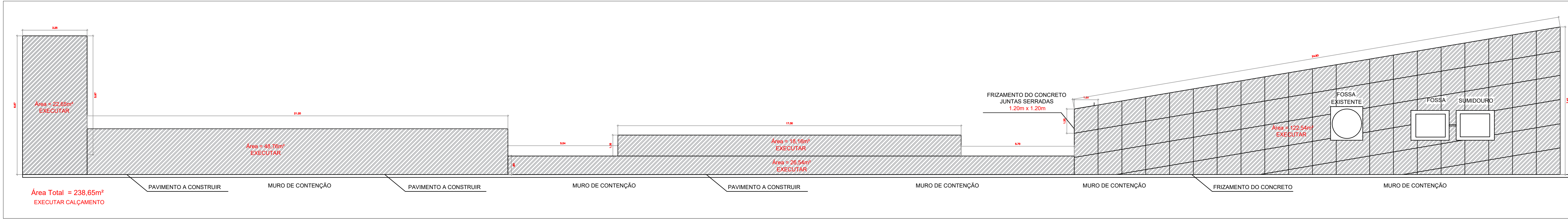


CREA-MS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
Mato Grosso do Sul

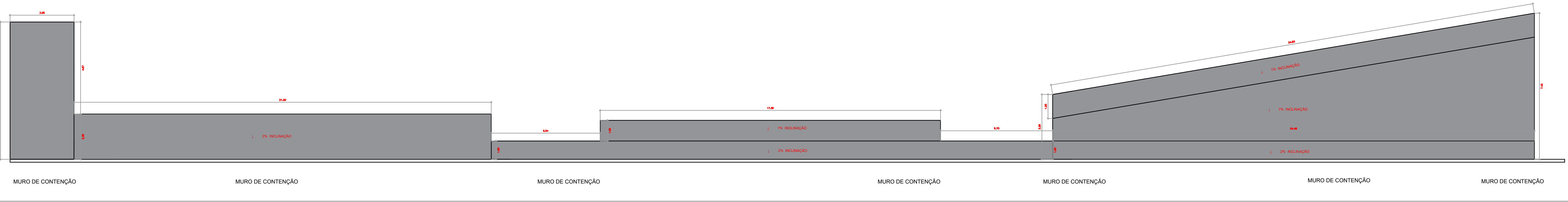
Nosso Número: 140000000018296969



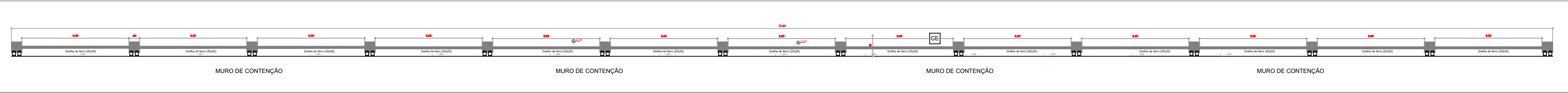
Esc: 1:1
Detalhe de Demolição



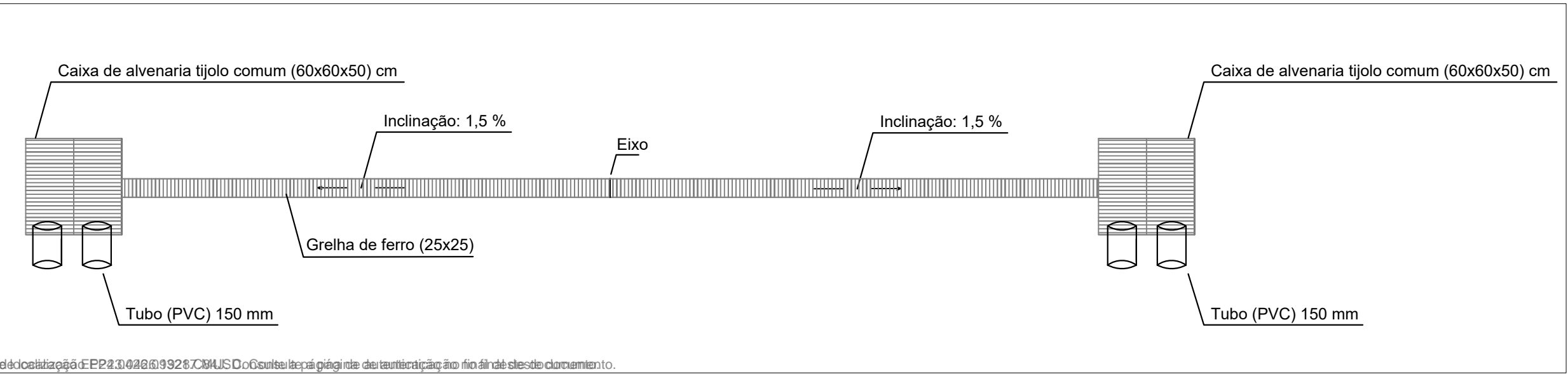
Esc: 1:1
Detalhe de Caçamento e Frizamento do Concreto



Esc: 1:1
Detalhe de Caçamento e Inclinação do Pavmento



Esc: 1:1
Detalhe de Caixas de Drenagem



LEGENDA

REDE DE ESGOTO

CAIXA DE ALVENARIA (60X60X50)cm

CI

CAIXA DE INSPEÇÃO

CG

CAIXA DE GORDURA

CE

CAIXA DE INSPEÇÃO ELETRICA


CANALETA DE PASSAGEM C/ GRELHA

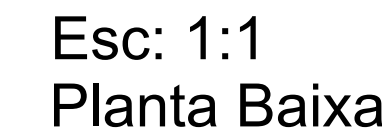
BARREIRA DE ESTACIONAMENTO

INTERVENÇÃO DE CALÇAMENTO






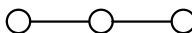




ÁREA DE DEMILIÇÃO


ÁREA DE NIVELAMENTO

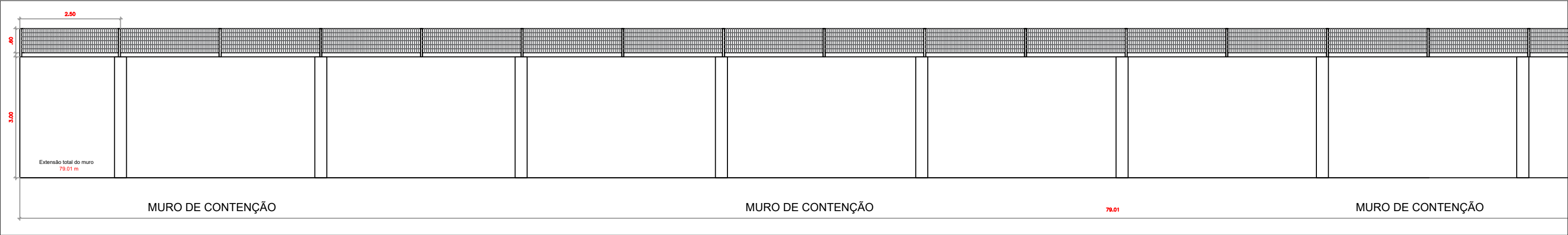
		EMISSÃO INICIAL			
REV	DATA	DESCRIÇÃO:			RESP
CLIENTE:					
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal					
OBRA:		ESTACIONAMENTO E DRENAGEM		LOCAL: CORUMBÁ - MS	
Resp. Técnico: Walmir Soares de Moraes CREA 19839 D/MS					Resp. Cliente:
ESCALA:		UNIDADE:		<p>Este desenho e seu conteúdo são de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, não podendo ser copiado, reproduzido, ampliado, revisado ou usado a qualquer título, sem a prévia autorização, de acordo com as Leis nº 5.134, de 24.12.1996 e nº 10.247, de 10.02.1999.</p>	
INDICADA					
	NOME:	DATA:			
PROJ	ANTUNES	29/09/25			
DES	ANTUNES	29/09/25			
DESCRIÇÃO:					CÓDIGO:
PROJETO DRENAGEM E ESGOTO CALÇADAS E REFORMA					REV.: 1/5



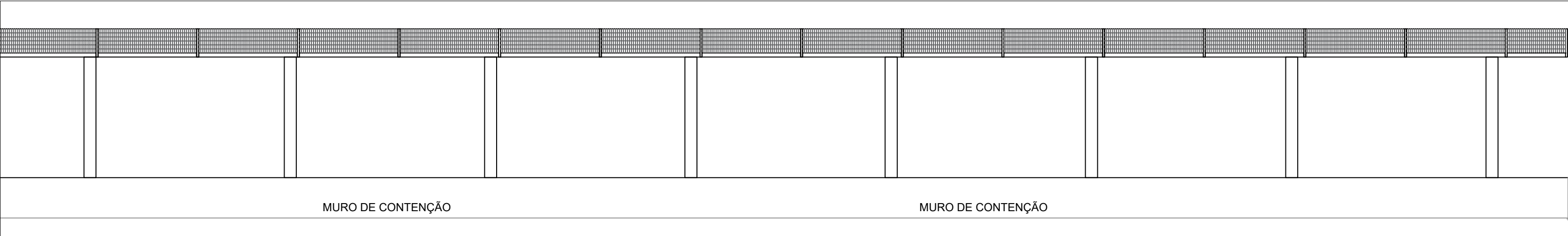
LEGENDA

	REDE DE ESGOTO
	CAIXA DE ALVENARIA (60X60X50)cm
	CAIXA DE INSPEÇÃO
	CAIXA DE GORDURA
	CAIXA DE INSPEÇÃO ELETRICA
	CANALETA DE PASSAGEM C/ GRELHA
	BARREIRA DE ESTACIONAMENTO
	INTERVENÇÃO DE CALÇAMENTO
	ÁREA DE DEMILIZAÇÃO
	ÁREA DE NIVELAMENTO
	REDE HIDROSANITARIA
	SUSPIRO HIDROSANITARIO

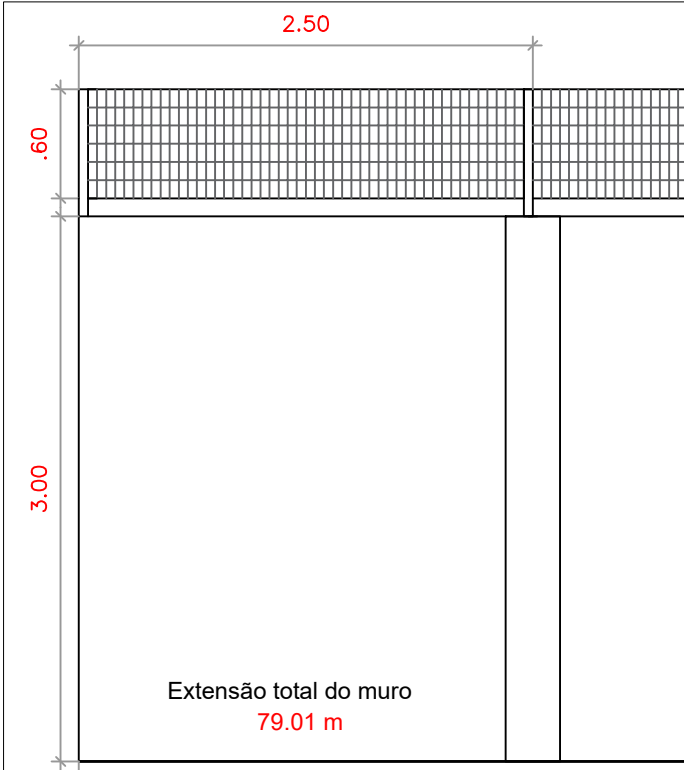
REV.	DATA	EMISSÃO INICIAL		RESP.
CLIENTE:		DESCRIÇÃO:		RESP.
<p align="center">Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal</p>				
OBRA:		ESTACIONAMENTO E DRENAGEM	LOCAL:	CORUMBÁ - MS
<p>Resp. Técnico: Walmir Soares de Moraes CREA 19839 D/MS</p> <p>Resp. Cliente: _____</p>				
ESCALA: 1:1000 IDENTICA		Este desenho e seu conteúdo são de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, não podendo ser copiado, reproduzido, emprestado, revendido ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem nossa expressa autorização. De acordo com as Leis nº 5.194, de 24.12.1966 e 9.810, de 19.02.1998.		
PROJ.	ANTUNES	29/09/25		
DES.	ANTUNES	29/09/25		
DESCRIÇÃO:			CÓDIGO:	REV.:
<p align="center">PROJETO DRENAGEM E ESGOTO CALÇADAS E REFORMA</p>				2/5




Esc: 1:1
Detalhe de Grade



Esc: 1:1
Detalhe de Grade



Detalhe de Cotas

REV		DATA		EMISSÃO INICIAL		RESP	
				DESCRIÇÃO:			
CLIENTE:				<div>Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal</div> <div></div>			
OBRA:		ESTACIONAMENTO E DRENAGEM		LOCAL:		CORUMBÁ - MS	
Resp. Técnico: Walmir Soares de Moraes CREA 19839 D/MS				Resp. Cliente:			
ESCALA:		UNIDADE:		<div>Este desenho e seu conteúdo são de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, não podendo ser copiado, reduzido, ampliado, revelado ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem nossa expressa autorização, de acordo com as Leis nº 5.194, de 24.12.1966 e 9.610, de 19.02.1998.</div>			
INDICADA							
PROJ	ANTUNES	29/09/25					
DES	ANTUNES	29/09/25					
DESCRIÇÃO:				CÓDIGO:		REV.:	
PROJETO DRENAGEM E ESCOTO CALÇADAS E REFORMA						5/5	
















Esc: 1:1
Planta de Situação



Esc: 1:25
Detalhe de Caixas de Inspeção e Esgoto

LEGENDA

- | | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
|  | REDE DE ESGOTO |
|  | CAIXA DE ALVENARIA (60X60X50)cm |
|  | CAIXA DE INSPEÇÃO |
|  | CAIXA DE GORDURA |
|  | CAIXA DE INSPEÇÃO ELETRICA |
|  | CANALETA DE PASSAGEM C/ GRELHA |
|  | BARREIRA DE ESTACIONAMENTO |
|  | INTERVENÇÃO DE CALÇAMENTO |
|  | ÁREA DE DEMILICAÇÃO |
|  | ÁREA DE NIVELAMENTO |
|  | REDE HIDROSANITARIA |
|  | SUSPIRO HIDROSANITARIO |

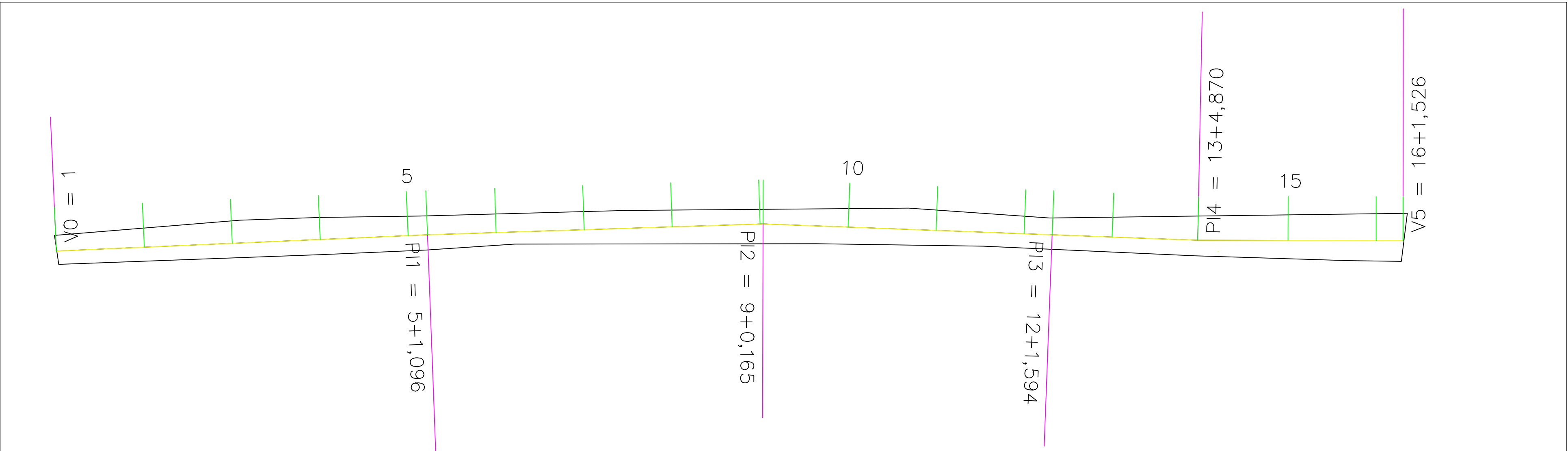
DATA	REVISÃO	EMISSÃO INICIAL		DATA	REVISÃO
CLIENTE:		DESCRIÇÃO:		RESP	
<p align="center">Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal</p>					
OBRA: ESTACIONAMENTO E DRENAGEM			LOCAL: CORUMBÁ - MS		
<p>Resp. Técnico: Walmir Soares de Moraes CREA 19839 D/MS</p> <p>Resp. Cliente: _____</p>					
ESCALA: 1:200		UNIDADE: CREA 19839 D/MS		<p>Este desenho e seu conteúdo são de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, não podendo ser cópiado, reproduzido, emprestado, revendido ou cedido a terceiros, em todo ou em parte, sem nossa expressa autorização, de acordo com as Leis nºs 5.194, de 24-12-1966 e 9.610, de 19-02-1998.</p>	
PROJ.	ANTUNES	DATA:	29/09/25		
DES.	ANTUNES	DATA:	29/09/25		
DESCRIÇÃO:				CÓDIGO:	
<p align="center">PROJETO DRENAGEM E ESGOTO CALÇADAS E REFORMA</p>				<p align="right">4/5</p>	



Esc: 1:1
Perfil Topografico Cotado



Esc: 1:1
Perfil Topografico



Esc: 1:1
Levantamento Primitivo

LEGENDA

ÁREA DE NIVELAMENTO

REV		DATA		EMISSÃO INICIAL		RESP	
CLIENTE:		Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal		DTHABLO ENGENHARIA			
OBRAS:		ESTACIONAMENTO E DRENAGEM		LOCAL:		CORUMBA - MS	
Resp. Técnico:		Walmir Soares de Moraes		Resp. Cliente:			
CREA 19839 D/MS							
ESCALA:		UNIDADE:		Este desenho e seu conteúdo são de propriedade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal, não podendo ser copiado, reproduzido, ampliado, revisto ou creditado a terceiros, no todo ou em parte, sem a expressa autorização, de acordo com as Leis nº 5.154, de 24.12.1966 e nº 7.170, de 19.02.1968.			
INDICADA							
PROJ	ANTUNES	DATA:		29/09/25			
DES	ANTUNES	29/09/25					
DESCRÇÃO:		PROJETO DRENAGEM E ESGOTO CALÇADAS E REFORMA		CÓDIGO:		REV.: 3/5	

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - 1ª REGIÃO FISCAL

(Processo Administrativo nº 10265.517851/2025-04)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A **União**, por intermédio do(a) **Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal - SRRF01**, com sede no(a) **Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Bloco O, 8º andar, sala 801, Edifício Órgãos Centrais do Ministério da Fazenda, CEP 70070-917, na cidade de Brasília/DF**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, CPF **[***.XXX.XXX-**]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, CPF **[***.XXX.XXX-**]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **10265.517851/2025-04** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS.	R\$ 217.689,22

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados da assinatura do termo de contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja

substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta);

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.17. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.17.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha

desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos

relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.47.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.47.3. florestas plantadas; e

9.47.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais

e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não será exigida a prestação de garantia na presente contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: **170018/00001**;
- II) Fonte de recursos: **10320000000**;
- III) Programa de trabalho: **04125003222370001**;
- IV) Elemento de despesa: **339039**; e
- V) Plano interno: **OBS**; e
- VI) Nota de empenho: **[...]**;

15.2. **A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **Brasília**, Seção Judiciária do **Distrito Federal** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**Ministério da
Fazenda**

**PROCESSO N°: 10265.517851/2025-04**

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia para execução de drenagem pluvial, sistema de esgoto sanitário, pavimentação e reformas das áreas externas do Posto Esdras, pertencente à Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá/MS.

ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE VISTORIA OU CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES

À SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª RF

Em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, a Empresa _____, CNPJ _____, estabelecida no(a) _____ por meio de seu representante legal _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA que:

() vistoriei, no dia __/__/__, todas as dependências do imóvel onde serão prestados os serviços, estando ciente de todas as situações inerentes à execução dos serviços e tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes.

() não vistoriei as dependências dos imóveis onde serão prestados os serviços, portanto, estou ciente de todas as responsabilidades que poderei arcar.

, de de 2026.

ASSINATURA/CARIMBO REPRESENTANTA DA RFB	ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE
NOME E MATRÍCULA	NOME



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 23/04/2026 21:04:52 por Juliano Kenji Kuvabara.

Documento assinado digitalmente em 23/04/2026 20:18:17 por ANDRE NUNES DE MORAIS

Documento assinado digitalmente em 23/04/2026 21:04:52 por JULIANO KENJI KUVABARA

Esta cópia / impressão foi realizada por DANIEL DE FERRAN CORREA DA COSTA em 24/04/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP24.0426.09321.C84J

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
9695022AB57B4C97EFB7AAF30D18B47BABA72CFFA916BBA6255C273A00CA8863